

DIRETORIA DE PESQUISAS – DPE  
COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS – CONAC

**Sistema de Contas Nacionais – Brasil**  
**Referência 2010**

Nota Metodológica nº 02

**Estrutura do Sistema de Contas Nacionais**  
(versão para informação e comentários)

**Versão 2 – Janeiro de 2015**

## O que é o Sistema de Contas Nacionais?

*The System of National Accounts (SNA) is the internationally agreed standard set of recommendations on how to compile measures of economic activity in accordance with strict accounting conventions based on economic principles. The recommendations are expressed in terms of a set of concepts, definitions, classifications and accounting rules that comprise the internationally agreed standard for measuring such items as gross domestic product (GDP), the most frequently quoted indicator of economic performance. The accounting framework of the SNA allows economic data to be compiled and presented in a format that is designed for purposes of economic analysis, decision-taking and policymaking. The accounts themselves present in a condensed way a great mass of detailed information, organized according to economic principles and perceptions, about the working of an economy. They provide a comprehensive and detailed record of the complex economic activities taking place within an economy and of the interaction between the different economic agents, and groups of agents, that takes place on markets or elsewhere. The framework of the SNA provides accounts that are:*

- a. comprehensive, in that all designated activities and the consequences for all agents in an economy are covered;*
- b. consistent, because identical values are used to establish the consequences of a single action on all parties concerned using the same accounting rules;*
- c. integrated, in that all the consequences of a single action by one agent are necessarily reflected in the resulting accounts, including the impact on measurement of wealth captured in balance sheets;*
- c. integrated, in that all the consequences of a single action by one agent are necessarily reflected in the resulting accounts, including the impact on measurement of wealth captured in balance sheets.*

(O Sistema de Contas Nacionais (SCN) é o conjunto padronizado de recomendações internacionalmente acordadas sobre como compilar as medidas de atividade econômica, de acordo com rígidas convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações são expressas em termos de um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis que compõem o padrão internacionalmente definido para medir itens como o produto interno bruto (PIB), o indicador mais frequentemente citado de desempenho econômico. O quadro contábil do SCN permite que os dados econômicos compilados sejam apresentados em um formato projetado para fins de análise econômica, tomada de decisões e formulação de políticas. Uma grande massa de informação é apresentada de forma condensada, organizada de acordo com os princípios econômicos e percepções, sobre o funcionamento da economia. As contas fornecem um registro completo e detalhado de atividades econômicas complexas que ocorrem em uma economia, e da interação entre os diferentes agentes econômicos, e grupos de agentes, que ocorre nos mercados ou em outro lugar. A estrutura do SCN oferece contas que são:

- a. abrangente, pois todas as atividades e as consequências para todos os agentes em uma economia estão cobertos;
- b. consistente, porque valores idênticos são usados para estabelecer as consequências de uma única ação em todas as partes envolvidas com as mesmas regras de contabilidade;
- c. integrado, em que todas as consequências de uma única ação de um agente são necessariamente refletidas nas contas resultantes, incluindo o impacto sobre a medição de riqueza capturada em balanços.)

(SNA 2008, par. 1.1 – tradução livre)

## 1. Introdução

A resposta apresentada à pergunta, acima, sobre o que é um sistema de contas nacionais (SCN) apresenta alguns pontos que merecem relevo antes de se apresentar a estrutura de um SCN. A compilação de um SCN é orientada por um conjunto de normas contábeis, princípios econômicos e convenções, definidas através de discussões em fóruns internacionais, envolvendo representantes de diversos países e com consultas a todos os organismos nacionais produtores de contas nacionais. Esse trabalho procura estabelecer um marco conceitual comum e recomendações sobre a compilação de suas variáveis que possibilite aos países apresentar uma descrição de suas economias, fluxo e estoque, de forma coerente e comparável. Esse marco é permanentemente avaliado, por produtores e usuários, e recomendações sobre correções e aperfeiçoamentos são publicadas pelo Departamento de Estatística das Nações Unidas (SNA News and Notes - <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/snanews.asp>). Periodicamente se reiniciam as discussões visando à atualização dos manuais. No Anexo 1 é apresentado um resumo das diversas versões dos manuais de contas nacionais desde sua primeira edição em 1947.

A origem dos sistemas de contas nacionais está em um informe de 1947 do Subcomitê de Estatísticas da Renda Nacional, do Comitê de Especialistas em Estatística da Liga das Nações, liderado por Richard Stone. Em 1953, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um informe<sup>1</sup>, “preparado por um grupo de especialistas em renda nacional”, com recomendações para a compilação de sistemas de contas nacionais. Esse informe foi revisto em 1960 e 1964 mantendo o mesmo formato de publicação da série *Studies in Methods* da ONU. Em 1968, há a terceira revisão. Essa revisão não mais é publicada na série de estudos e métodos e assume o formato de um manual oficial sobre o tema. Esses informes e o manual de 1968 estão disponíveis em <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp>.

O SNA 68<sup>2</sup> não previa a apresentação das contas nacionais através das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) e da Conta Econômica Integrada (CEI) por setor institucional, quadros que já eram considerados nas recomendações do sistema europeu de contas nacionais e adotados em alguns países da Europa. Esses quadros foram formalmente introduzidos nas recomendações internacionais no manual de 1993.

Uma mudança importante recomendada pelo SNA 93 foi a estimação dos valores a preços do ano anterior e não mais a preços de um ano fixo. As séries de valores constantes referenciados a um ano fixo passaram a ser construídas pelo encadeamento das variações de volume anuais.

---

1 A System of National Accounts and Supporting Tables, Studies in Methods No. 2, United Nations, Department of Economic Affairs, Statistical Office, New York, 1953.

Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1953SNA.pdf>

2 A System of National Accounts, Studies in Methods Ser. F No. 2 Rev. 3, United Nations, Department of Economic Affairs, Statistical Office, New York, 1968.

Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1968SNA.pdf>

Essa estrutura é adotada pelo IBGE desde dezembro de 1997 quando se publicou a primeira revisão do SCN com a introdução das recomendações internacionais de 1993. Anualmente, as TRU são calculadas a preços correntes e a preços constantes do ano anterior e a CEI a preços correntes. Na nova série do SCN, a ser divulgada em 2014, é mantida a mesma estrutura de quadros até então adotada e que não foi alterada pelo manual de 2008.

## 2. Esquema Geral

Um SCN pode ser visto através de dois conjuntos de quadros que representam a economia a partir de unidades diferentes. As TRU são construídas a partir de um corte na economia considerando atividades econômicas e produtos. A CEI têm como referência os chamados setores institucionais (empresas financeiras e não financeiras, famílias, governo e instituições privadas sem fins de lucro a serviço das famílias).

A Nota Metodológica N°04 – Setores Institucionais - da revisão 2010 do SCN apresenta mais detalhadamente os conceitos adotados na definição de unidades e setores institucionais.

As TRU representam as operações de produção, importação e usos (intermediário e final) realizadas pelas atividades econômicas - fluxos. E, apresentam como saldo o valor adicionado bruto a preços básicos (VA) por atividade econômica e, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto<sup>3</sup> (PIB) do país. Ou seja, as TRU mostram as relações de produção entre as atividades e a renda gerada no processo produtivo.

As CEI são o núcleo central de um SCN, pois é por setor institucional que se pode explicitar todo o processo de geração, distribuição e acumulação da renda - fluxos e estoques.

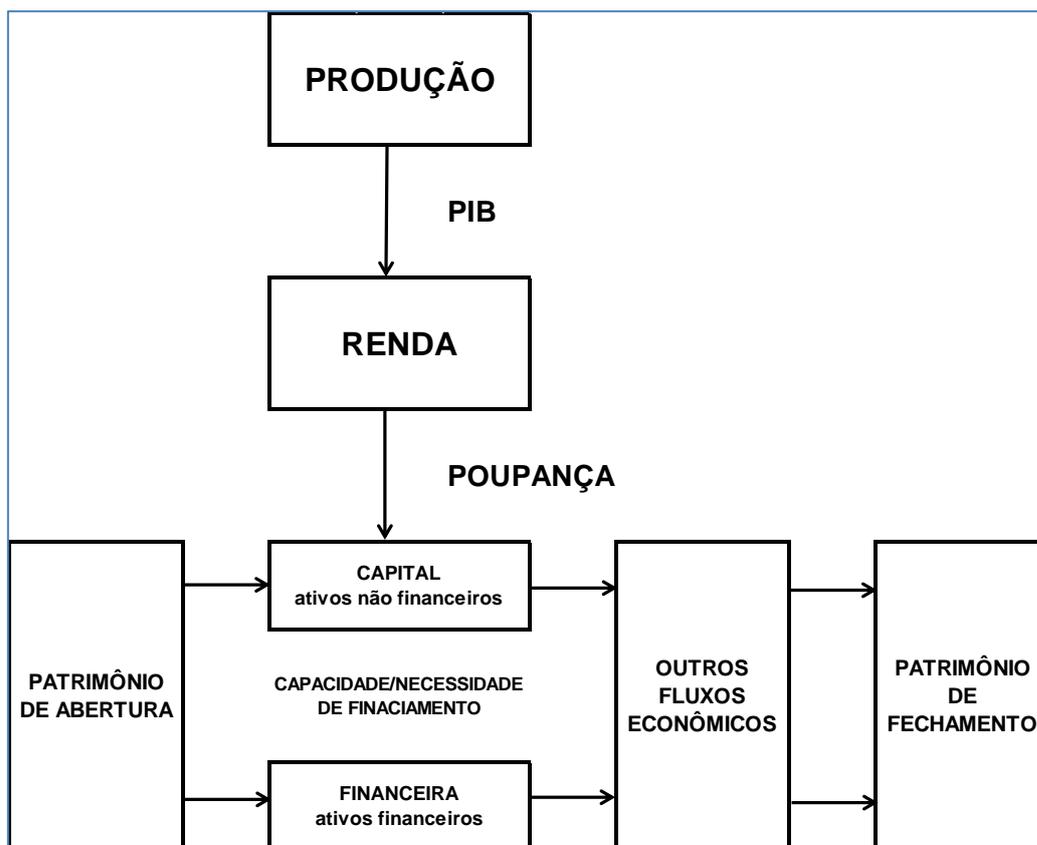
A estrutura geral, apresentada no Diagrama 1, mostra que um SCN pode ser visto como uma seqüência de blocos descritivos. O primeiro - o bloco de *Produção* - é onde é estimado o PIB. Esse bloco é composto pela TRU e pela conta de produção da CEI. O segundo bloco - *Renda* - apresenta, a partir do PIB, a distribuição e a redistribuição da renda entre setores institucionais. Ele acrescenta ao PIB as rendas recebidas/enviadas ao exterior e detalha como essas rendas são distribuídas por setor institucional. Seu saldo é a Poupança por setor institucional.

Os blocos de Produção e Renda detalham os fluxos dentro da economia. A variação patrimonial é apresentada a partir do bloco com o estoque de ativos financeiros e não – financeiros do ano anterior (Patrimônio de Abertura). Adicionando os ativos, produzidos e não produzidos (estimados a partir da formação bruta de capital e da poupança), no período e sua reavaliação (Outros Fluxos Econômicos) ao patrimônio de abertura estima-se o estoque no final do período (Patrimônio de Fechamento)

---

<sup>3</sup> O PIB é sempre considerado a preços de mercado não necessitando que sua valoração seja explicitada a cada menção. A valoração a custo de fatores para estimar o PIB foi abolida nas recomendações de 1993.

Diagrama 1: A estrutura de um SCN pode ser esquematizada de forma geral como:



Fonte: The System of Macroeconomic Accounts Statistics: An Overview, Pamphlet Series No. 56, International Monetary Fund, Washington, 2007

A CEI é publicada em três grandes conjuntos de contas: contas correntes, contas de acumulação e contas de patrimônio (balance sheets). As contas correntes são compostas pela conta de produção, que mede o PIB, e pelas contas de renda, que medem a renda nacional, a renda nacional disponível e poupança (bruta e líquida).

As contas Financeiras são parte da estrutura geral de um SCN. Elas se integram à estrutura das CEI através da necessidade/capacidade de financiamento. A apresentação das Contas Financeiras será objeto de outra nota metodológica.

### **Organização do trabalho – IBGE nota metodológica**

Os trabalhos de cálculo de um sistema de contas nacionais (SCN) no IBGE estão divididos em duas grandes áreas: a estimação de uma TRU a preços correntes e constantes do ano anterior e a estimação da CEI. Assim, para a produção das TRUs (onde o objeto de investigação é a unidade de produção) é necessário a construção das relações técnico-econômicas do processo produtivo. O agrupamento dessas unidades de produção (empresas

ou unidades locais), classificadas pela homogeneidade no processo produtivo, define as atividades econômicas.

Já para a compilação da CEI há a análise do comportamento dos agentes econômicos, onde o interesse centra-se na distribuição e uso da renda e na acumulação de ativos. A unidade de investigação é a unidade institucional, caracterizada por autonomia de decisão e unidade patrimonial. Seu agrupamento, determinado pelo comportamento econômico principal, define os seguintes setores institucionais: empresas financeiras, empresas não-financeiras, administrações públicas, famílias e instituições privadas sem fins de lucro a serviço das famílias. As relações do país com o resto do mundo também são estudadas.

O processo final de síntese do SCN é a realizado com o confronto dos resultados obtidos na compilação das TRU e da CEI buscando identificar e ajustar as incoerências.

### 3. Tabelas de Recursos e Usos (TRU)

São constituídas pelas tabelas de recursos de bens e serviços, composta por três quadrantes, e de usos de bens e serviços, subdividida em quatro quadrantes, conforme mostra a figura abaixo:

#### TABELAS DE RECURSOS E USOS

I - TABELA DE RECURSOS DE BENS E SERVIÇOS		
OFERTA	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO
<b>A</b>	=	<b>A<sub>1</sub></b> + <b>A<sub>2</sub></b>
II - TABELA DE USOS DE BENS E SERVIÇOS		
OFERTA	CONSUMO INTERMEDIÁRIO	DEMANDA FINAL
<b>A</b>	=	<b>B<sub>1</sub></b> + <b>B<sub>2</sub></b>
COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO		
<b>C</b>		

A tabela de recursos de bens e serviços (Tabela I) discrimina a origem dos produtos em nacional e importado. O primeiro quadrante (A) apresenta o valor da oferta (produção mais

importação) a preços de consumidor e a preços básicos. Ele apresenta também as margens de comércio e transporte e os impostos e subsídios associados a cada produto.

Tabela A - Recursos de bens e serviços					
Código do produto	Descrição do produto	Oferta de bens e serviços			
		Oferta total a preço de consumidor	Margem de comércio	Margem de transporte	Impostos líquidos
01	Agropecuária				
02	Indústria extrativa				
03	Indústria de transformação				
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana				
05	Construção civil				
06	Comércio				
07	Transporte, armazenagem e correio				
08	Serviços de informação				
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados				
10	Atividades imobiliárias e aluguéis				
11	Outros serviços				
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social				
	Ajuste CIF/FOB				
<b>Total</b>					

A produção das atividades econômicas por produto forma o segundo quadrante (A1) desta tabela – com os produtos descritos nas linhas e as atividades nas colunas. A célula linha i – coluna j dessa tabela representa o valor da produção do produto i pela atividade j.

Tabela A1 - Recursos de bens e serviços						
Código do produto	Descrição do produto	Produção das atividades				
		01 Agropecuária	02 Indústria extrativa	.....	12 Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Total do produto
01	Agropecuária					
02	Indústria extrativa					
03	Indústria de transformação					
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana					
05	Construção civil					
06	Comércio					
07	Transporte, armazenagem e correio					
08	Serviços de informação					
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados					
10	Atividades imobiliárias e aluguéis					
11	Outros serviços					
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social					
	Ajuste CIF/FOB					
<b>Total</b>						

Por fim, no terceiro quadrante (A2) são apresentadas as importações detalhadas em duas colunas para os bens e serviços. Em uma terceira coluna realiza-se o ajuste CIF/FOB. O Anexo 2 detalha esse procedimento.

<b>Tabela A2 - Recursos de bens e serviços</b>				
<b>Código do produto</b>	<b>Descrição do produto</b>	<b>Importação</b>		
		<b>Ajuste CIF/FOB</b>	<b>Importação de bens</b>	<b>Importação de serviços</b>
01	Agropecuária			
02	Indústria extrativa			
03	Indústria de transformação			
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana			
05	Construção civil			
06	Comércio			
07	Transporte, armazenagem e correio			
08	Serviços de informação			
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados			
10	Atividades imobiliárias e aluguéis			
11	Outros serviços			
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social			
	Ajuste CIF/FOB			
<b>Total</b>				

A tabela de usos de bens e serviços, tabela II, apresenta o equilíbrio entre oferta e demanda a preços de consumidor, assim como o consumo intermediário das atividades econômicas detalhado por produto.

No primeiro quadrante (A) repete-se o vetor da oferta total, a preços do consumidor. O quadrante B1 apresenta os insumos usados na produção de cada atividade, com os produtos descritos nas linhas e as atividades nas colunas. A célula linha i – coluna j dessa tabela representa o valor do consumo intermediário do produto i pela atividade j.

Tabela B1 - Usos de bens e serviços							
Código do produto	Descrição do produto	Consumo intermediário das atividades				12 Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	Total do produto
		01 Agropecuária	02 Indústria extrativa	.....			
01	Agropecuária						
02	Indústria extrativa						
03	Indústria de transformação						
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana						
05	Construção civil						
06	Comércio						
07	Transporte, armazenagem e correio						
08	Serviços de informação						
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados						
10	Atividades imobiliárias e aluguéis						
11	Outros serviços						
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social						
Total							

O quadrante seguinte (B2) apresenta os bens e serviços que se destinam à demanda final: consumo final das famílias, das instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias (ISFL) e das administrações públicas, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e as exportações de bens e de serviços.

Tabela B2 - Usos de bens e serviços									
Código do produto	Descrição do produto	Demanda final							Demanda final
		Exportação de bens	Exportação de serviços	Consumo da administração pública	Consumo das ISFLSF	Consumo das famílias	Formação bruta de capital fixo	Variação de estoque	
01	Agropecuária								
02	Indústria extrativa								
03	Indústria de transformação								
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana								
05	Construção civil								
06	Comércio								
07	Transporte, armazenagem e correio								
08	Serviços de informação								
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados								
10	Atividades imobiliárias e aluguéis								
11	Outros serviços								
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social								
Total									

O último quadrante (C) mostra os demais custos de produção - remuneração dos empregados e os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção, que não incidem diretamente sobre o produto - finalizando com o rendimento misto bruto e o excedente

operacional bruto. Como informação complementar, é apresentado o total de postos de trabalho em cada atividade.

<b>Tabela C - Usos de bens e serviços</b>					
<b>Operações</b>	<b>Componentes do valor adicionado (valores correntes em 1 000 000 R\$)</b>				
	<b>01 Agropecuária</b>	<b>02 Indústria extrativa</b>	<b>.....</b>	<b>12 Administração, saúde e educação públicas e seguridade social</b>	<b>Total do produto</b>
<b>Valor adicionado bruto ( PIB )</b>					
<b>Remunerações</b>					
<b>Salários</b>					
<b>Contribuições sociais efetivas</b>					
<b>Previdência oficial /FGTS</b>					
<b>Previdência privada</b>					
<b>Contribuições sociais imputadas</b>					
<b>Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto</b>					
<b>Rendimento misto bruto</b>					
<b>Excedente operacional bruto (EOB)</b>					
<b>Outros impostos sobre a produção</b>					
<b>Outros subsídios à produção</b>					
<b>Valor da produção</b>					
<b>Fator trabalho (ocupações)</b>					

O principal objetivo das tabelas de recursos e usos é a análise dos fluxos de bens e serviços e dos aspectos básicos do processo de produção - estrutura de insumos e estrutura de produção de produtos por atividade – e a geração da renda. Resultam, portanto, dois elementos fundamentais na sua construção: atividades (conjuntos de agentes do processo de produção) e produtos (conjunto de bens e serviços).

#### **4. Contas Síntese da TRU**

Os resultados da TRU são apresentados através de duas tabelas resumo: a Conta de Bens e Serviços apresenta o total da oferta e dos usos de bens e serviços no período considerado e a Conta do PIB apresenta o seu cálculo pela ótica da produção (coluna à esquerda) e pela ótica da demanda (coluna à direita).

Os quadros a seguir apresentam um esquema geral dessas duas contas<sup>4</sup>

<sup>4</sup> A Formação de Capital é formada pela formação bruta de capital fixo, a variação nos estoques e nos “valores”. Estes definidos como obras de arte joias etc. que usualmente não são explicitados nos SCN por absoluta falta de informação.

Quadro 4.1: Conta de bens e Serviços

<b>CONTA DE BENS E SERVIÇOS</b>	
<b>RECURSOS</b>	<b>USOS</b>
<b>VALOR BRUTO PRODUÇÃO<sup>pb</sup></b>	<b>CONSUMO INTERMEDIÁRIO</b>
<b>IMPOSTOS LÍQUIDOS SOBRE PRODUTOS</b>	<b>CONSUMO FAMÍLIAS</b>
<b>IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>	<b>GOVERNO</b>
	<b>IPSFLSF</b>
	<b>FORMAÇÃO DE CAPITAL</b>
	<b>FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO</b>
	<b>VARIAÇÃO DE ESTOQUES</b>
	<b>COMPRA - VENDA DE "VALORES"</b>
	<b>EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>
<b>TOTAL OFERTA</b>	<b>TOTAL USOS</b>

Quadro 4.2 Cálculo do Produto Interno bruto

<b>PIB</b>	
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>DESPESA</b>
<b>VALOR BRUTO PRODUÇÃO<sup>pb</sup></b>	<b>CONSUMO FAMÍLIAS</b>
<i>menos</i>	<b>GOVERNO</b>
<b>CONSUMO INTERMEDIÁRIO<sup>pc</sup></b>	<b>IPSFLSF</b>
<i>igual</i>	<b>FORMAÇÃO DE CAPITAL</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS</b>	<b>FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO</b>
	<b>VARIAÇÃO DE ESTOQUES</b>
	<b>COMPRA - VENDA DE "VALORES"</b>
	<b>EXPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>
	<i>menos</i>
	<b>IMPORTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS</b>
<b>PIB</b>	<b>PIB</b>

## 5. Conta Econômica Integrada - CEI

A visão de conjunto da economia é fornecida pelas Contas Econômicas Integradas - CEI onde, numa única tabela, são dispostas, em colunas, as contas dos setores institucionais, do resto do mundo e de bens e serviços. A tabela inclui também uma coluna para a soma dos setores institucionais, isto é, o total da economia, onde os macro agregados são diretamente visíveis. Nas linhas figuram as operações, saldos e alguns agregados, descritos na coluna central da tabela.

As contas do resto do mundo são apresentadas do ponto de vista do resto do mundo.

Na tabela síntese, as colunas de bens e serviços são colunas especiais, funcionando como uma conta espelho da conta dos setores institucionais. No lado dos usos (esquerdo) aparece a oferta de bens e serviços enquanto no de recursos (direito) aparece a demanda de bens e serviços.

O esquema apresentado a seguir mostra a sequência das contas, descrevendo cada operação.

### Conta de produção

A *conta de produção* mostra o resultado do processo de produção o valor bruto da produção a preços básicos -, o consumo intermediário a preços do consumidor e o valor adicionado bruto a preços básicos (que é o saldo desta conta), obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário.

Quadro 5.1: Conta de Produção

<b>CONTAS CORRENTES</b>	
<b>USOS</b>	<b>RECURSOS</b>
<b>PRODUÇÃO</b>	
<b>CONSUMO INTERMEDIÁRIO</b>	<b>VALOR BRUTO PRODUÇÃO<sub>pb</sub></b>
	<b>IMPOSTOS LÍQUIDOS SOBRE PRODUTOS</b>
<b>VALOR ADICIONADO/PIB</b>	

### Contas de Distribuição Primária da Renda

As rendas primárias consistem nas rendas que revertem para as unidades institucionais como resultado de sua participação no processo de produção ou pela

propriedade de ativos necessários à produção. A CEI registra a renda primária em duas contas: a conta de geração da renda e a conta de alocação da renda primária.

A conta de geração da renda mostra como se distribui o valor adicionado, renda gerada no processo de produção, entre os fatores de produção (trabalho e capital) e as administrações públicas. Esta conta registra, do ponto de vista dos produtores, as operações de distribuição diretamente ligadas ao processo de produção.

Quadro 5.2: Conta de Geração da Renda

<b>GERAÇÃO</b>	
	<b>VALOR ADICIONADO/PIB</b>
<b>REMUNERAÇÕES</b>	
<b>IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO</b>	
<b>EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO</b>	

A conta de alocação da renda registra a parte restante da distribuição primária da renda, ou seja, as rendas de propriedade a pagar e a receber, bem como a remuneração dos empregados e os impostos, líquidos dos subsídios, a receber respectivamente por famílias e administrações públicas. Esta conta centra-se nas unidades institucionais residentes como receptoras de rendas primárias mais do que como produtores, cujas atividades geram rendas primárias.

Quadro 5.3: Conta de Alocação da Renda

<b>ALOCAÇÃO PRIMÁRIA</b>	
	<b>EXCEDENTE OPERACIONAL BRUTO</b>
	<b>REMUNERAÇÕES</b>
	<b>IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO</b>
<b>RENDAS DE PROPRIEDADE</b>	<b>RENDAS DE PROPRIEDADE</b>
<b>RENDA NACIONAL BRUTA</b>	

#### **Conta de Distribuição Secundária da Renda**

A conta de distribuição secundária da renda mostra a passagem do saldo da renda primária de um setor para renda disponível, após o recebimento e pagamento de transferências

correntes, exclusive as transferências sociais em espécie. Essa redistribuição representa a segunda fase no processo de distribuição da renda.

Quadro 5.4: Conta de Distribuição Secundária da Renda

<b>DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA</b>	
	<b>RENDA NACIONAL BRUTA</b>
<b>IMPOSTOS SOBRE A RENDA, PROPRIEDADE</b>	<b>IMPOSTOS SOBRE A RENDA, PROPRIEDADE</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS</b>
<b>BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>	<b>BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>
<b>RENDA NACIONAL BRUTA DISPONÍVEL</b>	

#### **Conta de Uso da Renda**

A conta de uso da renda apresenta como o país e os setores institucionais alocam sua renda disponível em consumo e poupança (saldo da conta). Nessa conta a abertura é feita considerando como recurso a RNDB e as despesas de consumo final aparecem sendo realizadas pelos setores que efetivamente dispenderam os recursos.

Quadro 5.5: Conta de Uso da Renda Nacional Bruta Disponível

<b>USO DA RENDA</b>	
	<b>RENDA NACIONAL BRUTA DISPONÍVEL -RNDB</b>
<b>CONSUMO FINAL</b>	
<b>POUPANÇA</b>	

Normalmente apenas a conta do uso da renda é publicada. No entanto, quando se registra os resultados por setor institucional, consideram-se as transferências sociais em espécie. Ao registrar essas transferências introduz-se no SCN o conceito de Renda Nacional Bruta Disponível Ajustada (RNDBA) que é igual a RNDB para o total da economia mas difere para os setores institucionais afetados pelas transferências sociais em espécie.

A conta de uso da renda disponível ajustada parte da renda disponível ajustada, onde as transferências sociais são recursos para as famílias e usos das administrações públicas e

das instituições privadas sem fins lucrativos a serviço das famílias. Assim, o consumo das famílias é acrescido das transferências sociais em espécie gerando o consumo final efetivo.

No SCN se registra na conta de redistribuição da renda em espécie a passagem da RNDB a para a RNDBA registrando em uma linha as transferências em espécie.

O Anexo 3 detalha os conceitos de despesa de consumo final e consumo final efetivo.

O detalhamento desse processo se dá em duas contas acessórias: a conta de uso da renda nacional bruta disponível e a conta de uso da renda nacional bruta disponível ajustada. A primeira detalha o uso da RNDB pela despesa de consumo final (individual e coletivo) e a segunda detalha o uso da RNDBA pelo consumo final efetivo.

Deve-se notar que a poupança total, saldo da conta de uso da renda, não se altera em função de seu desdobramento.

Quadro 5.6: Conta de Uso da Renda Nacional Bruta Disponível Ajustada

<b>USO DA RENDA NACIONAL DISPONÍVEL</b>	
	<b>RENDA NACIONAL BRUTA DISPONÍVEL -RNDB</b>
<b>DESPESA DE CONSUMO FINAL</b>	
<b>Individual</b>	
<b>Coletivo</b>	
<b>POUPANÇA</b>	
<b>USO DA RENDA NACIONAL DISPONÍVEL AJUSTADA</b>	
	<b>RENDA NACIONAL BRUTA DISPONÍVEL AJUSTADA -RNDBA</b>
<b>CONSUMO FINAL EFETIVO</b>	
<b>Individual</b>	
<b>Coletivo</b>	
<b>POUPANÇA</b>	

### Conta de Capital

Sendo a poupança o saldo final das operações correntes ela constitui, naturalmente, o ponto de partida da conta de acumulação. A conta de capital, primeira deste conjunto, registra as operações relativas às aquisições de ativos não-financeiros e às transferências de capital que implicam em redistribuição de riqueza; seu saldo é a capacidade/necessidade líquida de financiamento.

Quadro 5.7: Conta de Capital

<b>CONTAS CAPITAL</b>	
<b>USOS</b>	<b>RECURSOS</b>
<b>CAPITAL</b>	
	<b>POUPANÇA</b>
<b>FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>
<b>CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	
<b>VARIAÇÃO DE ESTOQUES</b>	
<b>CAPACIDADE E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	

As operações entre residentes e não-residentes, chamadas de operações externas da economia, são agrupadas na conta do resto do mundo.

## Conta Financeira

A conta financeira mostra como uma economia aloca sua capacidade ou supre sua necessidade de financiamento através das transações financeiras com ativos e passivos. A conta é classificada por instrumento financeiro com a aquisição líquida de ativos registrada na coluna da esquerda e dos passivos na coluna da direita.

A Nota metodológica 8 apresenta a conta financeira com mais detalhes.

Quadro 5.8: Conta Financeira

<b>AQUISIÇÃO LÍQUIDA DE ATIVOS</b>		<b>AQUISIÇÃO LÍQUIDA DE PASSIVOS</b>
<b>FINANCEIRA</b>		
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS.</b>		<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>
		<b>CAPACIDADE E NECESSIDADE DE FINACIAMENTO</b>

## 6. Apresentação da CEI no Brasil

As contas por setor institucional são divulgadas no SCN do Brasil de duas formas. A primeira inclui as chamadas contas por setor institucional – onde são registrados os resultados para apenas um setor institucional. Isso permite que os dados de recursos e usos sejam registrados nas linhas e o tempo (anos) nas colunas.

A segunda é a Conta Econômica Integrada no padrão apresentado nos itens anteriores, com os usos registrados à esquerda e os recursos à direita para todos os setores institucionais (nas colunas) e as operações descritas em uma coluna central.

Na CEI são consideradas duas colunas (nos usos e recursos) que fazem a integração dos resultados por setor institucional com a conta de bens e serviços. A conta de bens e serviços, por sua vez, é integrada à TRU.

Quadro 6.1: Conta por setor institucional

Contas econômicas, a preços correntes, segundo as contas, operações e saldos				
Setor Institucional XXXX				
Contas, operações e saldos	Valor a preços correntes (1000 000 R\$)			
<b>I. Conta de produção</b>				
<b>Recursos</b>				
P.1	Produção			
P.11	Produção mercantil			
P.12	Produção não mercantil			
D21-D31	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos			
<b>Usos</b>				
P.2	Consumo intermediário			
<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto/Produto Interno Bruto (1)</b>			
<b>II. Conta de distribuição e uso da renda</b>				
<b>II.1. Conta de distribuição primária da renda</b>				
<b>II.1.1. Conta de geração da renda</b>				
<b>Recursos</b>				
<b>B.1</b>	<b>Valor adicionado bruto/Produto Interno Bruto (1)</b>			
<b>Usos</b>				
D.1	Remuneração dos empregados			
D.11	Ordenados e salários			
D.12	Contribuições sociais dos empregadores			
D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação			
<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>			
<b>B.3</b>	<b>Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)</b>			
<b>II.1.2. Conta de alocação da renda primária</b>				
<b>Recursos</b>				
<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>			
<b>B.3</b>	<b>Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)</b>			
D.1	Remuneração dos empregados			
D.11	Ordenados e salários			
D.12	Contribuições sociais dos empregadores			
D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação			
<b>B.2</b>	<b>Excedente operacional bruto</b>			
<b>B.3</b>	<b>Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)</b>			
D.4	Rendas de propriedade			
D.41	Juros			
D.42	Dividendos e retiradas			
D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros			
D.45	Renda da terra			
<b>Usos</b>				
D.4	Rendas de propriedade			
D.41	Juros			
D.42	Dividendos e retiradas			
D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros			
D.45	Renda da terra			
<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)</b>			

<b>II.2. Conta de distribuição secundária da renda</b>	
<b>Recursos</b>	
<b>B.5</b>	<b>Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta (2)</b>
D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.
D.61	Contribuições sociais
D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
<b>Usos</b>	
D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.
D.61	Contribuições sociais
D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>
<b>II.3. Conta de redistribuição da renda em espécie</b>	
<b>Recursos</b>	
<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>
D.63	Transferências sociais em espécie
<b>Usos</b>	
D.63	Transferências sociais em espécie
<b>B.7</b>	<b>Renda disponível bruta ajustada</b>
<b>II.4. Conta de uso da renda</b>	
<b>II.4.1. Conta de uso da renda disponível</b>	
<b>Recursos</b>	
<b>B.6</b>	<b>Renda disponível bruta</b>
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP
<b>Usos</b>	
P.3	Despesa de consumo final
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP
<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>
<b>II.4.2. Conta de uso da renda disponível ajustada</b>	
<b>Recursos</b>	
<b>B.7</b>	<b>Renda disponível bruta ajustada</b>
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP
<b>Usos</b>	
P.4	Consumo final efetivo
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP
<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>
<b>III. Conta de acumulação</b>	
<b>III.1. Conta de capital</b>	
<b>Variações de passivos e patrimônio líquido</b>	
<b>B.8</b>	<b>Poupança bruta</b>
D.9	Transferências de capital a receber
D.9	Transferências de capital a pagar
<b>Variações de ativos</b>	
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	Variação de estoques
<b>B.9</b>	<b>Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento</b>

Quadro 6.2: Conta Econômica Integrada

Contas econômicas integradas									
Contas	Registros correspondentes à		Setores institucionais	Códigos	Operações e saldos	Setores institucionais	Registros correspondentes à		Contas
	Conta de bens e serviços (recursos)	Conta do resto do mundo					Conta do resto do mundo	Conta de bens e serviços (usos)	
Contas correntes (1 000 000 R\$)					Contas correntes (1 000 000 R\$)				
Usos					Recursos				
1. Produção/ conta externa de bens e serviços				P.7 Importação de bens e serviços P.6 Exportação de bens e serviços P.1 Produção P.2 Consumo intermediário D.21-D.31 Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos				1. Produção/ conta externa de bens e serviços	
2.1.1. Geração da renda				S.1 Valor adicionado bruto/Produto interno bruto S.11 Saldo externo de bens e serviços				2.1.1. Geração da renda	
2.1.2. Alocação da renda primária				D.1 Remuneração dos empregados D.2-D.3 Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação				2.1.2. Alocação da renda primária	
2.2. Distribuição secundária da renda				S.2 Excedente operacional bruto S.3 Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos) D.4 Rendas de propriedade				2.2. Distribuição secundária da renda	
2.3. Redistribuição da renda em espécie				S.5 Saldo das rendas primárias brutas/Renda nacional bruta D.5 Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc. D.61 Contribuições sociais D.62 Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie D.7 Outras transferências correntes				2.3. Redistribuição da renda em espécie	
2.4. Uso da renda				S.6 Renda disponível bruta D.63 Transferências sociais em espécie S.7 Renda disponível bruta ajustada S.6 Renda disponível bruta P.4 Consumo final efetivo P.3 Despesa de consumo final D.8 Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP				2.4. Uso da renda	
S.8 Poupança bruta S.12 Saldo externo corrente									
Contas de acumulação (1 000 000 R\$)									
Variações de ativos									
3.1. Capital				S.8 Poupança bruta S.12 Saldo externo corrente P.51 Formação bruta de capital fixo P.52 Variação de estoques K.2 Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não- D.9 Transferências de capital a receber D.9 Transferências de capital a pagar S.9 Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento S.10.1 Variações do patrimônio líquido resultantes de poupança e da transferência de capital				3.1. Capital	

## 7. Os agregados macroeconômicos

Os agregados do Sistema são indicadores de síntese e grandezas-chave para os objetivos da análise macroeconômica e para comparações no espaço e no tempo.

Alguns agregados podem ser obtidos diretamente como totais de operações particulares, como o consumo, a formação bruta de capital fixo e as contribuições sociais. Outros podem resultar da adição de saldos dos setores institucionais, como o valor adicionado, o saldo das rendas primárias, a renda disponível e a poupança. São apresentados a seguir os principais agregados do sistema.

- **Produto Interno Bruto (PIB)**

O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de consumidor mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades residentes que tem como destino um uso final (exclui consumo intermediário). Ele é, portanto, igual à soma dos valores adicionados pelos diversos setores ao longo do processo produtivo, acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos (pois esses impostos compõem o preço de consumidor).

Assim, o PIB também é igual à soma dos usos finais de bens e serviços menos as importações. Ele é, também, igual à soma dos componentes do valor adicionado. O PIB, portanto, pode ser expresso por três óticas:

1. do lado da produção - o PIB é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.
2. do lado da demanda - o PIB é igual a despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos as importações de bens e serviços.
3. do lado da renda - o PIB é igual a remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

- **Renda Nacional Bruta (RNB)**

A Renda Nacional Bruta a preços de mercado, ou Produto Nacional Bruto (PNB), é a soma das rendas primárias a receber pelos setores institucionais residentes. Assim, a RNB é igual ao PIB menos as rendas primárias a pagar, líquidas das a receber, das unidades não-residentes (resto do mundo). Ela equivale à renda obtida pelas unidades institucionais residentes pelo uso de seus fatores de produção (trabalho e capital).

- **Renda Nacional Disponível Bruta (RNDB)**

A Renda Nacional Disponível Bruta expressa a renda disponível da nação para consumo final e para poupança. É igual a RNB mais os impostos correntes sobre a renda e o patrimônio líquidos, recebidos do exterior, mais as contribuições e benefícios sociais e outras transferências correntes líquidas, recebidas do exterior.

- **Poupança Bruta**

A poupança bruta é igual à RNDB menos o consumo final.

A poupança bruta é, também, igual à formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais a variação de ativos financeiros, líquida de passivos.

- **Despesa Nacional Bruta (DNB)**

A Despesa Nacional Bruta é igual à formação bruta de capital mais o consumo final.

- **Capacidade/Necessidade Líquida de Financiamento**

A capacidade/necessidade líquida de financiamento é igual à poupança bruta mais as transferências de capital líquidas a receber do exterior menos a formação bruta de capital fixo menos a variação de estoques.

**Os comentários devem ser enviados para o endereço eletrônico do IBGE: [ibge@ibge.gov.br](mailto:ibge@ibge.gov.br)**

## Anexo 1: Evolução dos SCN

Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp>

### Historic Versions of the System of National Accounts

The broad objective of the System of National Accounts (SNA) is to provide a comprehensive conceptual and accounting framework for compiling and reporting macroeconomic statistics for analysing and evaluating the performance of an economy.

**1947** The origins of the SNA trace back to the [1947 Report](#) of the Sub-Committee on National Income Statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts under the leadership of Richard Stone.

*At its first session in 1947, the United Nations Statistical Commission (UNSC) emphasized the need for international statistical standards for the compilation and updating of comparable statistics in support of a large array of policy needs.*

*In view of the emphasis on international statistical standards throughout the history of the Commission, the following national accounts standards were produced:*

**1953** The [1953 SNA](#) was published under the auspices of the UNSC. It consisted of a set of six standard accounts and a set of 12 standard tables presenting detail and alternative classifications of the flows in the economy. The concepts and definitions of the accounts were widely applicable for most countries, including developing countries. Two slightly modified editions of the 1953 SNA were published.

**1960** The [first revision in 1960](#) reflected comments on country experience in the implementation of the 1953 SNA.

**1964** The [second revision in 1964](#) improved consistency with the International Monetary Fund's Balance of Payments Manual.

**1968** The [1968 SNA](#) extended the scope of the national accounts substantially by; adding input-output accounts and balance sheets; giving more attention to estimates at constant prices; and making a comprehensive effort to bring the SNA and the Material Product System (MPS) closer together.

**1993** The [1993 SNA](#) represents a major advance in national accounting and embodies the result of harmonizing the SNA and other international statistical standards more completely than in previous versions.

**2008** The [2008 SNA](#), which is an update of the 1993 SNA, addresses issues brought about by changes in the economic environment, advances in methodological research and the needs of users.

**Anexo 2: Importações CIF e FOB - (System of national accounts 1993, cap. 15)<sup>5</sup>**

15.68. Nos Sistemas de Contas Nacionais, o total das importações é valorado a preços FOB (free on board). Contudo, nos dados sobre fluxos detalhados de importações das estatísticas de comércio exterior (por produto), as importações são geralmente avaliadas a preços CIF (cost, insurance and freight). Para conciliar as diferentes valorações usadas na importação total e em sua desagregação por produtos, procede-se a um ajustamento global CIF/FOB nas importações.

15.69. O registro do ajustamento CIF/FOB no quadro dos recursos da importação é feito da seguinte forma:

- (a) As importações de bens, detalhadas por produtos, são avaliadas a preços CIF;
- (b) Todos os serviços de transporte e de seguro relativos à importação, prestados por produtores residentes e não-residentes e incluídos no valor CIF da importação por produtos são globalmente deduzidos (ver a coluna das importações de bens e a linha do ajustamento CIF/FOB relativo às importações, no exemplo abaixo). Então, no Sistema de Contas Nacionais, o total da importação de bens é sempre registrado a preços FOB no quadro;

Código do produto	Descrição do produto	Importação		
		Ajuste CIF/FOB	Importação de bens	Importação de serviços
01	Agropecuária			
02	Indústria extrativa			
03	Indústria de transformação			
04	Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana			
05	Construção civil			
06	Comércio			
07	Transporte, armazenagem e correio	-10		
08	Serviços de informação			
09	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	-1		
10	Atividades imobiliárias e aluguéis			
11	Outros serviços			
12	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social			
	<b>Ajuste CIF/FOB</b>	11	-11	
<b>Total</b>		0		

- (c) Os serviços de transporte e seguro relativos à importação que são prestados por produtores não-residentes são registrados como importações de serviços (sendo parte do montante

<sup>5</sup> Não houve mudanças neste tratamento do manual de 1993 para o de 2008.

inscrito nas linhas para serviços de transporte e serviços prestados às empresas inscritos na coluna da importação de serviços);

(d) Os serviços de transporte e seguro relativos à importação que são prestados por produtores residentes estão incluídos na produção de serviços de transporte e seguros dos ramos correspondentes (parte das entradas nas linhas dos serviços de transporte e serviços prestados às empresas nas colunas da produção dos respectivos ramos de atividade);

(e) A oferta interna e importada de serviços de transporte e seguro relativos à importação - isto é, (c) e (d) - não é reportada aos utilizadores como serviços de transporte e seguros porque o valor desses serviços relativos à importação já está incluído no valor CIF da importação de bens e, portanto, não se deve incluir na oferta total de serviços de transporte e seguros. Assim, os serviços de transporte e seguros relativos à importação prestados por produtores residentes e não residentes têm que ser retirados da oferta total desses serviços no quadro dos recursos (na coluna do ajustamento CIF/FOB sobre a importação nas linhas dos serviços de transporte e serviços prestados às empresas, no exemplo a cima); e

(f) Estes serviços são registrados na linha do ajustamento CIF/FOB, de forma que os totais da linha e da coluna de ajustamento são iguais a zero.

### **Anexo 3: Uso da renda**

Para as Contas Nacionais, o consumo final pode ser visto pelo menos de duas formas diferentes. As Contas Econômicas Integradas (CEI) mostram a despesa com consumo final (*final consumption expenditure*) e o consumo final efetivo (*actual final consumption*).

No caso das famílias, a diferença entre os dois conceitos é fácil de perceber. A despesa com consumo final é igual a tudo o que elas gastam em bens e serviços para satisfazer suas necessidades de desejos. Já o consumo efetivo é igual à despesa com consumo final mais os bens e serviços fornecidos gratuitamente (ou a preços simbólicos) pelo governo ou por Instituições Privadas Sem Fins de Lucro a Serviço das Famílias (IPSFLSF).

Assim, por exemplo, o consumo final efetivo das famílias inclui despesas feitas pelo governo com saúde. Quando uma pessoa é atendida em um hospital público, ela está consumindo um serviço. Mas, como esse serviço não é pago diretamente por ela, não é despesa com consumo das famílias.

O consumo de serviços de atendimento hospitalar, neste caso, é uma despesa do governo. No entanto, nem todas as despesas do governo são consideradas como consumo efetivo das famílias. A convenção adotada no Sistema de Contas Nacionais (SCN) é de que apenas as despesas do governo com bens e serviços individuais devem ser consideradas como consumo efetivo das famílias.

Bens e serviços individuais são aqueles que podem ser comprados no mercado ou para os quais é possível identificar quem recebe cada bem ou serviço. Os exemplos mais simples desse segundo caso são educação e saúde públicas.

Administração pública e segurança, por outro lado, são considerados bens de consumo coletivo. Assim, não entram na conta como consumo efetivo das famílias. Como não é possível identificar que pessoas ou empresas se beneficiam – e em que medida – desses serviços coletivos, adotou-se a convenção de registra-los como consumo efetivo do próprio governo.

As IPSFLSF incluem igrejas, associações, sindicatos, clubes, ONGs, partidos políticos, asilos e orfanatos. A maior parte de sua produção é de bens e serviços individuais. Essa produção de bens e serviços individuais é considerada despesa de consumo final das IPSFLSF e consumo efetivo das famílias. Como é destinada às famílias e, em muitos casos, é distribuída gratuitamente, tem tratamento similar ao do governo.

Os dois tipos de registro do consumo são apresentados nas Contas Econômicas Integradas. Os dados que alimentam as CEI mostram as despesas em consumo de cada setor institucional. Das Tabelas de Recursos e Usos vêm as despesas com consumo final de governo, IPSFLSF e famílias. Os setores institucionais de empresas não têm consumo final.

Nas CEI são registradas as *transferências sociais em espécie*, ou seja, a transferência dos valores de bens e serviços pagos por governo e IPSFLSF mas consumidos pelas famílias.

Assim, o consumo final efetivo de governo e IPSFL é igual a seu consumo de bens e serviços coletivos.

Para o total da economia, a despesa em consumo final é igual ao consumo final efetivo. O que muda é a distribuição entre os setores institucionais.

Esses dois tipos de medida permitem que o consumo seja analisado de formas diferentes. O consumo efetivo está associado ao padrão de vida médio. Ou, pelo menos, está mais perto disso que a despesa com consumo final (pois mostra o valor dos bens e serviços a que as famílias têm acesso). Já a despesa de consumo final mostra quem efetivamente faz a despesa, ou seja, que setor institucional controla que parte do consumo final de famílias, ISFLSF e governo.

## Referências bibliográficas

UN, CEC, IMF, OECD & World Bank (1993). System of National Accounts 1993. Nova York. Disponível em [www.http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna.asp](http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna.asp)

UN, CEC, IMF, OECD & World Bank (2009). System of National Accounts 2008. Nova York. Disponível em [www. http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna.asp](http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna.asp)

Feijó, Carmem; Ramos, Roberto et al, 2008. "Contabilidade Social: A nova referência das Contas Nacionais do Brasil", Terceira edição revista e atualizada, Campus/Elsevier.

IBGE. Sistema de Contas Nacionais: tabelas de recursos e usos, metodologia. Texto para discussão n. 88. Diretoria de Pesquisas, 1997.

\_\_\_\_\_. Sistema de Contas Nacionais do Brasil. 2011, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

Lequiller, F.; Blades, D. Understanding National Accounts. Organization for Economic Co-operation and Development, Paris, 2006.

IMF 2007, The System of Macroeconomic Accounts Statistics: An Overview, Pamphlet Series No. 56, International Monetary Fund, Washington